

ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-884-7

DOI 10.22533/at.ed.847211003

1. Administração. 2. Estratégia. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Administração: Ciência e Tecnologia, Estratégia, Administração Pública e Estudos Organizacionais” é uma obra publicada pela Atena Editora e divide-se em dois volumes. Este primeiro volume reúne um conjunto de vinte e cinco capítulos, em que são abordados diferentes temas que permeiam o campo da administração. Compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e a consolidação da ciência da administração, possibilitando a construção de um arcabouço teórico robusto e útil para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial, contribuindo para a geração de valor nas organizações.

Nesse contexto, compreendendo a pertinência e avanço dos temas aqui abordados, este livro emerge como uma fonte de pesquisa rica e diversificada, que explora a administração em suas diferentes faces, uma vez que concentra estudos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A APLICAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL FRENTE AOS ÓRGÃOS JULGADORES E FISCALIZADORES

José Bione de Melo Neto

Ana Paula Ferreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8472110031

CAPÍTULO 2..... 22

A GARANTIA CONSTITUCIONAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE TERESINA-PI

Aldo Vieira Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.8472110032

CAPÍTULO 3..... 38

ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA À LUZ DO ACESSO À INFORMAÇÃO: PESQUISA EM SEIS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Cezar Andrade Marques de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.8472110033

CAPÍTULO 4..... 50

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Sabrina Sousa Moraes

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

Clayton Robson Moreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8472110034

CAPÍTULO 5..... 63

GASTOS COM PESSOAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE VARGINHA-MG POR MEIO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS

Adriano Antonio Nuintin

Paulo Roberto Rodrigues de Souza

Maria Aparecida Curi

Richardson Coimbra Borges

DOI 10.22533/at.ed.8472110035

CAPÍTULO 6..... 81

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO PARA AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO NORDESTE BRASILEIRO ENCERRADAS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Jonas Rafael Pereira dos Santos

Alexsandro Xavier Querino Lima

Mateus Cunha Rabelo

Francisco Mairton da Silva

Felipe Ribeiro Pontes

DOI 10.22533/at.ed.8472110036

CAPÍTULO 7	99
DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES EM RELAÇÃO AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	
Adriano Santiago Lima	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8472110037	
CAPÍTULO 8	113
A ACCOUNTABILITY COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	
Juliana Cristina Sousa da Silva	
Elemar Kleber Favreto	
DOI 10.22533/at.ed.8472110038	
CAPÍTULO 9	125
O POTENCIAL DE <i>ACCOUNTABILITY</i> NOS PARECERES PRÉVIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA	
Antonio Emanuel Andrade de Souza	
Elvia Mirian Cavalcanti Fadul	
DOI 10.22533/at.ed.8472110039	
CAPÍTULO 10	146
ESCOLARIDADE DOS GESTORES MUNICIPAIS E A APROVAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS: EVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ	
Délio Amaral Viana	
Aridelmo José Campanharo Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.84721100310	
CAPÍTULO 11	164
GOVERNANÇA PARA COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS	
Eduardo Souza Seixas	
Renelson Ribeiro Sampaio	
Luciel Henrique de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.84721100311	
CAPÍTULO 12	185
CONCEITOS TEÓRICOS E A APLICAÇÃO PRÁTICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA PÚBLICA DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	
Paulo César Schotten	
Daiany Gomes Moreira	
Hugo Vinícius Colman Soares	
José Roberto Grasiel	
Nayara Jaqueline Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.84721100312	

CAPÍTULO 13..... 198

GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: A DICOTOMIA ENTRE PLANO E REALIDADE

Maria Vanessa de Souza Araújo

Nara Raysa de Sousa

Tiago Deividly Bento Sera im

DOI 10.22533/at.ed.84721100313

CAPÍTULO 14..... 206

INCIDÊNCIA DE MORTALIDADE POR DIABETES NA INFÂNCIA NO BRASIL: COMPARATIVO ETÁRIO NO PERÍODO DE 2018 A 2020

Ana Maria Ribeiro Fonseca

Giovanna Brasil Pinheiro

Luiz Phillipe Silva Azevedo

Rafael Cruz Mariz

DOI 10.22533/at.ed.84721100314

CAPÍTULO 15..... 211

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA HANSENÍASE EM UM MUNICÍPIO CEARENSE ENTRE 2008 E 2018

Maira Pereira Sampaio Macêdo

Bruna Raquel Moraes Cunha

Miguel Marx

Tatiana de Menezes

Érika Sobral da Silva

Paula Suene Pereira dos Santos

Joana Raione Arrais Antunes

José Wanderson Carvalho Noronha

Francisco Diego da Silva Xavier

Priscila Nadine Dias Santana

Anna Karen Sales Rodrigues

Emanuelly Castro Alves

DOI 10.22533/at.ed.84721100315

CAPÍTULO 16..... 222

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS PRAÇAS E PARQUES DA CIDADE DE SÃO BORJA-RS

Cláudio Gabriel Soares Araújo

Kellem Paula Rohã Araújo

Fátima Regina Zan

Tanise Brandão Bussmann

Carmen Regina Dorneles Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.84721100316

CAPÍTULO 17	238
FORMAÇÃO DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: O OLHAR DOS CURSISTAS SOBRE ASPECTOS INDICADORES DA QUALIDADE SOCIAL NO CURSO <i>LATO SENSU</i>	
Gercina Dalva	
DOI 10.22533/at.ed.84721100317	
CAPÍTULO 18	244
ENSINO REMOTO DA ÁREA TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A CONVERSÃO DO CONHECIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ENSINO, DURANTE A PANDEMIA, NOS CURSOS TÉCNICOS EM ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – <i>CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS</i>	
Aline Fonseca Gomes	
Vagner Costa Oliveira	
Joselito da Silva Bispo	
Sara Mendes Oliveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.84721100318	
CAPÍTULO 19	256
A PANDEMIA E O ROMPIMENTO DE BARREIRAS NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS DOCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	
Márcio Dourado Rocha	
Rosalina Maria Lima Leite do Nascimento	
Marcos Flavio Portela Veras	
Rhogério Correia de Souza Araújo	
Ieso Costa Marques	
Juliana Luíza Moreira Del Fiacco	
Regiane Janaína Silva de Menezes	
Elizabeth Cristina Soares	
DOI 10.22533/at.ed.84721100319	
CAPÍTULO 20	262
A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19: PREMISSAS DA EAD E DESAFIOS PARA GESTÃO DAS IES NA ABORDAGEM DA GOVERNANÇA DA INTERNET	
Diólia de Carvalho Graziano	
Luiz Fernando Gomes Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.84721100320	
CAPÍTULO 21	282
REFLEXÕES SOBRE AUTORIA DE PESQUISAS APLICADAS NO LABORATÓRIO DE GESTÃO	
Maria Carolina Conejero	
DOI 10.22533/at.ed.84721100321	
CAPÍTULO 22	299
CENÁRIO ATUAL DAS COMISSÕES DO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES	
Felipe Gonçalves Moura	

Guilherme Gil Fernandes
Julianny de Souza Oliveira
Lara de Oliveira Carvalho
Luca de Almeida Brito
Marília Aguiar Rodrigues
Mikelly Bonfim Anjos
Pedro Henrique Rocha Chaves
Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior
Thavane Ferreira de Almeida
Alex França Andrade
Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.84721100322

CAPÍTULO 23.....303

FATORES LIMITANTES AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Fabício Longuinhas Silva
Marcelo Santana Silva
Eduardo Oliveira Teles
André Luis Rocha de Souza
Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva
Eduardo Cardoso Garrido

DOI 10.22533/at.ed.84721100323

CAPÍTULO 24.....316

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE FATORES DA INTENÇÃO EMPREENDEDORA SUSTENTÁVEL DE ESTUDANTES AMAZONENSES

Aristides da Rocha Oliveira Junior
Francisco Assis Barros de Oliveira
Roderick Cabral Castello Branco
Maria Stela de Vasconcellos Nunes de Mello
Afrânio de Amorim Francisco Soares Filho

DOI 10.22533/at.ed.84721100324

CAPÍTULO 25.....338

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E CLÁSSICO: REFLEXÕES DO MODELO DE NEGÓCIO

Isabella Ferreira Friso
Marta Fabiano Sambiasi

DOI 10.22533/at.ed.84721100325

SOBRE O ORGANIZADOR.....352

ÍNDICE REMISSIVO.....353

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA À LUZ DO ACESSO À INFORMAÇÃO: PESQUISA EM SEIS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Data de aceite: 01/03/2021

Cezar Andrade Marques de Azevedo

Mestre em Administração de Empresas com concentração em estratégia pela PUC/PR. Administrador. Contador. Teólogo. Exerce o cargo de Auditor de Software na empresa Ágile Software para a Área Pública em Londrina/PR. <http://lattes.cnpq.br/5179149972766164>

RESUMO: A Lei de nº 12.527/2011 regula o acesso à informação e a Lei Complementar 131/2009 disponibiliza dados de execução orçamentária em tempo real. Pelo tempo já decorrido de sua vigência é possível avaliar sua aplicação, pois há grande probabilidade de que as publicações destes atos cumpram apenas o aspecto formal da Lei. Este é um tema socialmente relevante por proporcionar elementos de reflexões sobre como a comunidade pode exercer controle social sobre políticas públicas executadas pelos Governos. Depois de considerar acerca das políticas públicas, execução orçamentária, controle social e lei do acesso à informação, este artigo apresenta estudo feito em sítios eletrônicos de cinco municípios do Estado do Paraná, escolhidos segundo faixa populacional distinta, as mesmas usadas pelo IBGE. O estudo conclui que os relatórios de execução orçamentária constante nos sítios eletrônicos dos municípios citados apenas atendem os dispositivos legais da lei de acesso à informação, não sendo relevantes para efetivar o controle social por parte da sociedade.

PALAVRAS - CHAVE: Controle social; Políticas públicas; Execução orçamentária; Acesso à informação.

ANALYSIS OF SOCIAL CONTROL IN BUDGETARY EXECUTION IN THE LIGHT OF ACCESS TO INFORMATION: RESEARCH IN SIX MUNICIPALITIES OF PARANÁ

ABSTRACT: Law No. 12,527 / 2011 regulates access to information and Complementary Law 131/2009 provides budget execution data in real time. For the time that has already passed, it is possible to evaluate its application, as there is a high probability that the publications of these acts will only comply with the formal aspect of the Law. This is a socially relevant topic because it provides elements of reflections on how the community can exercise social control. on public policies implemented by governments. After considering public policies, budget execution, social control and the law of access to information, this article presents a study carried out on the websites of five municipalities in the State of Paraná, chosen according to different population groups, the same ones used by IBGE. The study concludes that the reports of budgetary execution on the websites of the municipalities mentioned above only comply with the legal provisions of the law on access to information, and are not relevant for the effective control of society by society.

KEYWORDS: Social control; Public policy; Budget execution; Access to information.

1 | INTRODUÇÃO

A Lei de n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 que regula o acesso à informação está em vigência há quase três anos e a Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, que disponibiliza dados de execução orçamentária em tempo real, já vigora há cinco anos no momento da escrita deste texto. Em ambos os casos, o tratamento da informação pelo Órgão Público ocorre, principalmente, por meio de sítio eletrônico, sendo este o meio mais adequado para que cidadão tenha acesso aos dados das políticas públicas. Como toda legislação deste tipo, que exige adaptações tecnológicas para se efetivar, essa passa por um período de adaptação e ajuste até que as esferas de Governos coloquem em prática o que lhe é objeto.

Há de se observar que o objetivo principal do acesso à informação é dar transparência aos atos de Governo. Historicamente, as Administrações Públicas têm se mostrado refratárias a expor seus números, quando o fazem, apresentam os dados em uma linguagem de difícil compreensão para o leigo. Mesmo sendo obrigado por lei a dar publicidade as suas informações, aproveitam das dificuldades técnicas de disponibilizar seus dados para cumprir tão somente os aspectos formais da Lei. Se for comprovado ser esta a atitude dos Governos, a sociedade perde a oportunidade de contar com efetivo instrumento de avaliar as políticas públicas e aperfeiçoar o conseqüente controle social, quesito este citado como uma das diretrizes da lei do acesso à informação.

Entre as diversas formas de o Governo apresentar a prestação de contas de sua gestão, os dados concernentes à execução orçamentária se revestem de grande importância por permitir analisar a evolução, ano a ano, de como os recursos Governo, quaisquer que sejam as esferas de sua origem, estão sendo aplicados.

A codificação do orçamento é formada por uma série de dígitos, cada um desses expressando contextos distintos de informações, como por exemplo, na esfera do município o nome da secretaria responsável por dispor dos recursos, os grandes grupos de aplicação orçamentária, os programas, projetos e atividades, finalizando com a natureza da despesa a ser executada.

Tendo em perspectiva esta riqueza de informações é oportuno levantar a seguinte questão: por meio de quais fatores pode ser atestado que a publicação feita na esfera do Poder Executivo Municipal atinge o objetivo de promover o efetivo controle social da Administração Pública no âmbito da execução orçamentária?

O questionamento que conduz este artigo leva em conta a experiência de seu autor por ter atuado em administrações municipais no âmbito do planejamento, administração, finanças e desenvolvimento urbano em período que soma dez anos, permitindo fazer uma leitura da lei do acesso da informação à luz de sua vivência na área pública. Em relação ao aspecto acadêmico, este artigo procura considerar em que condições as informações podem ser disponibilizadas, pelo Poder Público, para que a sociedade possa avaliar de

fato, com bases objetivas, as políticas públicas executadas pelo Estado, possibilitando exercer seu controle social sobre os gastos públicos.

Este é um tema socialmente relevante por proporcionar elementos de reflexões sobre como a comunidade pode exercer controle social sobre políticas públicas executadas pelos Governos. Também o Governo pode reconsiderar o modo como as informações estão sendo dispostas, verificando se o acesso à informação está de fato possibilitando que a comunidade, principalmente, por meio das instituições que lhe representam, exerça o papel que se espera dessa. Se houver interesse por um Governo transparente, a gestão pública tem como estimular o controle social a ser mais participativo e propositivo para com a elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição Brasileira de 1988 (CF/88) é reconhecida como a Constituição cidadã, tendo por fundamento, entre outros princípios, a cidadania e a dignidade humana (Art. 1º, Inciso II e III). Em um Mundo cada vez mais conturbado, quando as demandas sociais se avolumam contrastando com a capacidade do Estado em prover as necessidades mais elementares, tornar realidade estes princípios exige esforço proativo de todos os atores, tanto na esfera pública quanto em âmbito da sociedade. Só para ter uma noção da dimensão da dificuldade em articular todos estes atores para alcançar o objetivo comum da concepção de determinada política pública, considere a elaboração das peças orçamentárias com foco na assistência social.

A Lei de Diretriz Orçamentária precisa ser encaminhada à Câmara Municipal até 15 de abril, de cada ano, e a Lei Orçamentária até final de agosto, prazo este que pode variar, precisando ser verificado na Lei Orgânica de cada município.

A Lei de Diretriz Orçamentária define as regras para elaboração da Lei Orçamentária, geralmente, aprovada pelo Legislativo Municipal no final de junho. Em tese, o prazo para elaboração do orçamento se reduz para dois meses ainda que se possa iniciar a elaboração concomitante com o processo de aprovação da Lei de Diretriz Orçamentária. Neste exíguo tempo é preciso fazer as devidas consultas à sociedade, geralmente por audiências públicas, como também se deve oportunizar que os Conselhos Municipais se manifestem, entre esses o de Assistência Social.

As consultas podem se iniciar antes mesmo destas datas marcos, todavia, o cenário final dos números por meio dos quais se distribuem os recursos podem ser alterados até que a Lei de Diretriz Orçamentária seja aprovada. Coordenar os prazos do processo legislativo, os pleitos da sociedade e as restrições orçamentárias exige altíssima capacidade de planejamento, disposição da informação em condições que facilitem o processo de tomada de decisão e grande conhecimento das conjunturas sociais, econômicas e políticas do município.

Sabe-se da complexidade destas questões elencadas com as quais se deparam os Governos, seja em âmbito federal, estadual ou municipal, para elaborar as peças orçamentárias em condição que permita sua execução ser devidamente avaliada, fazendo efetivar o direito do cidadão em fazer o controle social. Assim, considerando a obrigação dos Órgãos Públicos em disponibilizar as informações de Governo e observando o que se preconiza na Constituição da importância da participação popular como instrumento de fortalecimento da democracia brasileira, esta pesquisa tem interesse em verificar o controle social das ações de Governo por parte da sociedade.

Entre os muitos instrumentos que permitem ao Estado promover este controle social, se insere a obrigatoriedade de disponibilizar acesso às informações da execução orçamentária, o que permite aos Governos viabilizarem mecanismos e instrumentos para que haja efetivo controle social das políticas públicas implementadas e avaliadas.

2.1 Políticas Públicas

O conceito de Estado surge da necessidade de os homens atuarem de forma coordenada visando produção de bens que lhes sejam comuns. Para atender a este fim, Lopes (2010) define o Estado moderno como sendo “a organização político-jurídica de uma sociedade para realizar o bem público/comum, com governo próprio e território determinado”. O importante desta definição está no fato de o Estado ser reconhecido como provedor do bem-estar da comunidade que é, por excelência, plural. Não só existe uma extraordinária gama de variedade de interesses permeando a sociedade, como também muito desses são frontalmente contrários uns aos outros.

Para o Estado cumprir sua finalidade e, ainda, encontrar o equilíbrio no atendimento de múltiplas e divergentes demandas, esse precisa, em especial, avaliar com muita propriedade o modo como está gerindo os gastos públicos. Para que haja esta avaliação e, fazendo rápida referência ao conceito de qualidade total, em princípio, todas as esferas de Governo deveriam gerar seus resultados levando em conta os requisitos que levantaram junto aos cidadãos, buscando satisfazer seus anseios. Uma vez levantados estes requisitos, identificados os problemas segundo grau de priorização, o Estado traça suas ações, colocando-as em execução para alcançar os resultados esperados pela sociedade. A este procedimento se dá o nome de políticas públicas, que podem ser definidas como sendo “um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade” (Lopes, 2010).

Do ponto de vista do ator da ação na construção das políticas públicas, o Estado é quem tem a incumbência de sua proposição, ademais, este foi eleito para concebê-la, executá-la e efetuar sua avaliação, sendo responsável por elencar as prioridades, destinar os recursos, realizar as obras, prestar os serviços, direcionando de forma coordenada todos os esforços para o atendimento das necessidades e anseios dos cidadãos.

Uma série de fatores limitantes impede o Estado de dispor os recursos públicos de

forma ilimitada na definição de suas prioridades. Entre estes fatores se destacam aqueles que se encontram no conjunto normativo da legislação brasileira, como é o caso dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece as vinculações de destinação de receitas, como por exemplo, os 25% para a Educação e os 15% para a Saúde no âmbito dos municípios.

Assim, antes de definir as políticas públicas, o Estado também precisa levar em conta as necessidades de custeios dos órgãos públicos, as despesas de caráter continuado para manutenção dos serviços básicos providos pelo Estado, as despesas de manutenção do patrimônio público, os gastos com a dívida pública, entre outros elementos restritivos.

Em razão deste emaranhado elenco de fatores restritivos, os recursos que efetivamente estão disponibilizados para a aplicação nas políticas públicas são extremamente limitados. Pode-se questionar da garantia constitucional do montante aplicado na Saúde e Educação, contudo, como no bojo deste valor está inclusa a remuneração dos servidores públicos, este componente do gasto pode representar valor tão elevado que impossibilite, por exemplo, o desenvolvimento de capacitações, a melhora de condições de trabalho e, mesmo, o fornecimento de insumos básicos para a efetivação da política pública.

Mesmo levando em conta todas estas restrições, ainda assim o Estado traduz as políticas públicas em programas, projetos e ações, com metas traçadas e indicadores de resultados definidos, que são traduzidos entre outros instrumentos, na Lei Orçamentária. Em alguns níveis de Governo são criados procedimentos para que a elaboração do orçamento das políticas públicas seja construída colaborativamente com a sociedade. Por mais justos que sejam estes critérios, ainda assim, certos grupos se sentem contemplados, outros não, visto os recursos serem limitados e escassos.

2.2 Execução Orçamentária

As políticas públicas, bem como as despesas de manutenção do Estado são expressas no orçamento público, que é definido por Piscitelli (1988) como sendo: “o instrumento de que dispõe o Poder Público (em qualquer de suas esferas) para expressar, em determinado período de tempo, o seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como os dispêndios a serem efetuados”. É importante destacar que só uma parte do orçamento público efetivamente é destinada para a execução de políticas públicas, visto que grande parte da soma nesse existente tende ao atendimento do custeio dos órgãos públicos e do pagamento da dívida pública.

É em razão de o orçamento público conter todo gasto de Governo que o disposto no art. 2º da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 determina que a “Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade”.

É possível observar neste conceito a distinção destes dois aspectos do orçamento,

distinguindo a política econômico-financeira do programa de Governo, em que muitos dos programas encontram caracterizadas as destinações de recursos para a efetivação das políticas públicas.

A evidenciação dos programas no conteúdo da lei do orçamento se deve ao fato desta lei se caracterizar pelo que se denomina orçamento-programa por apresentar, em seu bojo, conforme assinala Dias (2014), em Contabilidade Pública Investigativa: “os propósitos, objetivos e metas para os quais a administração solicita os recursos necessários, identifica os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos e os dados quantitativos que medem as realizações e o trabalho realizado dentro de cada programa”.

Para efeitos de análise das políticas públicas é importante conhecer a classificação legal da despesa orçamentária, que atende ao princípio da especificação. Esta classificação é institucional, funcional, programática e econômica. Por essa se consegue identificar, respectivamente, quem está gastando (qual órgão do Governo), em que área (conhecido como função e subfunção da portaria nº 42/99), para que estrutura programática (que define o problema que está sendo enfrentado ou o programa que se pretende executar) e em que se está gastando (efeito econômico da realização da despesa). A classificação, como anotado por Dias, no texto já citado, se expressa na seguinte numeração, fazendo o sequenciamento dos números com seu significado:

00 (código do órgão).000 (código da unidade orçamentária). 00 (código da função). 000 (código da subfunção). 000 (código do programa). 0000 (código do projeto/atividade/operações especiais). 0000 (código da natureza de despesa).

2.3 Controle Social

Crubellate (2004), ao escrever um artigo formulando críticas à participação popular em formas de organizações sociais flexíveis, fez referência ao sociólogo Edward Ross, que conceituou a ordem social como uma estrutura não natural da sociedade, razão pela qual essa precisa ser socialmente construída.

Com base neste entendimento, Ross (Crubellate, 2004) considera o controle social como o mecanismo mais importante para integrar os anseios particulares às necessidades da comunidade. O controle social é o instrumento democrático por meio do qual a Administração Pública promove a participação da sociedade no monitoramento, controle e fiscalização das políticas públicas visando assegurar sua eficiência e efetividade.

Fonseca, em seu artigo: “O Que é Controle Social” identificou, em suas pesquisas, que o controle social pode ser efetivado de duas formas: por controle natural, quando executado diretamente pela sociedade por meio de diferentes formas de associações e por controle institucional, quando realizado por entidades e órgãos do Poder Público instituídas para atender a interesses coletivos, como é o caso do Procon e do Ministério Público. Os

Conselhos, sejam esses federal, estaduais e municipais, podem ser incluídos na categoria de controles institucionais, porque são constituídos pelo Poder Público, geralmente por lei ordinária, com participação, via de regra, paritária, entre os representantes da sociedade e do Poder Público.

O Tribunal de Contas da União – TCU, conforme apontado por Breder (2014), ao considerar o controle social como um modelo em construção, considera como sendo o objeto do controle social a elaboração e execução dos recursos arrecadados, bem como a fiscalização e a prestação de contas de sua utilização. É preciso entender que os princípios e indicadores de políticas públicas precisam ser concebidos, a priori, para que possam ser posteriormente avaliados, esta é a importância de o TCU incluir no objeto do controle social a elaboração dos recursos arrecadados.

Aliás, os Tribunais de Contas têm buscado fortalecer ambas as formas de controle social por meio de livros, artigos, palestras, documentos e relatórios institucionais, junto à comunidade, como também por inserir o Ministério Público diretamente no processo de aprovação de contas dos órgãos públicos.

O controle social pode realizar esta avaliação guiando-se pelos princípios constitucionais constantes no art. 37 da CF/88 da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, todavia, acrescentando indicadores que possam traduzir melhor os anseios da comunidade. Estes indicadores variam em conformidade com a política pública a ser aferida.

No sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso são elencados alguns destes critérios na área de Educação, Saúde e Segurança. No quesito Educação se tem critério como taxa de reprovação, taxa de abandono e nota referente à prova Brasil como se pode ver no site do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e no quesito Saúde consta no mesmo site citado, entre outros, taxa de mortalidade infantil e taxa de incidência de dengue.

2.4 Lei do Acesso à Informação

Conforme disposto no preâmbulo da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a considerada Lei de acesso à informação, que objetiva regulamentar “o acesso à informação prevista no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal”. No último inciso do art. 3º da mesma Lei é dado como diretriz para o exercício do acesso à informação o “desenvolvimento do controle social da administração pública”. Esta lei deve ser lida à luz da Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e que trata da “disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

A Lei Complementar 131 tem por objetivos, em seu capítulo 1º, incisos de I a III, o incentivo à participação popular, liberação pormenorizada da execução orçamentária e

financeira em meios eletrônicos, com adoção de requisitos que atendam um mínimo de padrão de qualidade.

A sanção da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação, é considerado um marco histórico no processo de dar transparência aos atos públicos no Brasil. A Presidente Dilma, ao participar da “Conferência de Alto Nível Parceria para Governo Aberto” fez a seguinte declaração acerca deste momento como registrado no blog do Palácio do Planalto:

“Todos os brasileiros poderão consultar documentos e informações produzidos pela administração pública, que deverão ser oferecidos de forma clara em linguagem simples e direta com apoio de ferramentas de busca e pesquisa”.

Segundo exposto pela presidente, neste mesmo blog, são três os pilares para o acesso à informação: a transparência na prestação de contas, a participação social que assegure o desenvolvimento da cidadania e o monitoramento sistemático de políticas públicas, com foco na gestão de qualidade.

O principal meio de aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação, é aquele que se utiliza dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia de informação, conforme preceitua o inciso III do Art. 3º da referida lei. Entre estes meios, o mais importante desses é o sítio eletrônico, que se constitui em um conjunto de páginas publicadas pelo Poder Executivo Municipal na Internet.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa resultante deste artigo procurou desenvolver a abordagem exploratória e descritiva, pois pretendeu abordar os assuntos relacionados ao tema do controle social e o uso do orçamento, como também pesquisar quais podem ser os critérios que podem ser aplicados como definidores de atendimento à lei de transparência de dados.

A pesquisa foi feita por amostragem em sítios eletrônicos do Poder Executivo Municipal. Foi escolhido o sítio eletrônico da prefeitura de Curitiba, a capital do Estado do Paraná, bem como um sítio de Prefeitura em cada classe de população de municípios, conforme tabela utilizada pelo IBGE para pesquisa de amostragem. As faixas das classes são discriminadas, como: até 4.000 habitantes com 61 municípios, de 4.000 a 8.000 com 119 municípios, entre 8.000 a 20.000 com 130 municípios, de 20.000 a 500.000 com 90 municípios e acima de 500.000 habitantes com 2 municípios, um desses Curitiba, a capital do Estado do Paraná, totalizando seis municípios para análise.

As páginas dos sítios eletrônicos foram categorizadas por seus elementos constitutivos levantados no aspecto da prestação de contas da execução orçamentária. A escolha dos municípios, em cada grupo de classe de tamanho, foi aleatória, o primeiro sítio eletrônico que fosse encontrado para cada um desses municípios foi o escolhido.

A condição preliminar para que fosse escolhido o município foi de que esse tenha sítio eletrônico.

4 I CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES

Por escolha aleatória entre as faixas populacionais foram escolhidos os seguintes municípios do Estado do Paraná:

Cidade	População	Sítios eletrônicos
PR Santa Mônica	3.780	www.santamonica.pr.gov.br
PR Rio Branco do Ivaí	4.056	www.riobrancodoivai.pr.gov.br
PR Quitandinha	18.089	www.quitandinha.pr.gov.br
PR Campo Mourão	91.648	www.campomourao.pr.gov.br
PR Curitiba	1.848.946	www.curitiba.pr.gov.br
Fonte: IBGE/2013 estimada.		

Santa Mônica é uma cidade do Noroeste do Paraná, com IDH-M de 0,7, dados PNUD/2000; PIB de R\$ 37.963.388,00 e PIB per capita de R\$ 10.536,61, dados do IBGE/2008.

Rio Branco do Ivaí é uma cidade do Norte Central Paranaense, com IDH-M de 0,67, dados PNUD/2000; PIB de R\$ 38.998,744,00 e PIB per capita de R\$ 9.783,93, conforme dados do IBGE/2008.

Quitandinha é uma cidade da região Metropolitana de Curitiba, com IDH-M de 0,715, dados PNUD/2000; PIB de R\$ 127.823,507,00 e PIB per capita de R\$ 7.748,29 de acordo com dados do IBGE/2008.

Campo Mourão é uma cidade do Centro Ocidental Paranaense, com IDH-M de 0,757, dados PNUD/2000; PIB de R\$ 1.550.442.084,00 e PIB per capita de R\$ 18.142,31, dados do IBGE/2008.

Curitiba é capital do Paraná, com IDH-M de 0,823, dados PNUD/2000; PIB de R\$ 58.082.416,00 e PIB per capita de R\$ 32.916,44, dados do IBGE/2008.

5 I ANÁLISE DE DADOS E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

O objetivo de pesquisar os sítios eletrônicos das cidades elencadas é o de identificar o acesso para o portal da transparência do município em cumprimento à lei de acesso à informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e a Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, que exige a disponibilização da informação em tempo real. Com a identificação do acesso se pretende aplicar critérios de análise sobre os dados encontrados relacionados ao controle social.

No município de Santa Mônica, o acesso para os dados da transparência se encontra no rodapé do sítio eletrônico em letras pequenas. No de Rio Branco de Ivaí, logo à direita há um banner para dar o acesso. O de Quitandinha fica à esquerda, dentro do tópico publicações. Campo Mourão colocou também à esquerda, no alto e o Município de Curitiba à direita, no alto, um banner em destaque.

O sítio de Santa Mônica, no tópico contas públicas, fornece os dados em formato PDF, com dados de 2007 a 2010 e 2012. Rio Branco de Ivaí abre uma nova página com painéis gráficos de receitas e despesas, dados de 2013 demonstrados em tela. Quitandinha demonstra dados contábeis de 2011 e 2012 em PDF. As informações de Campo Mourão são projetadas na tela com dados de 2007 a 2014. E o de Curitiba com dados de 2008 a 2014, todos projetados em tela.

Quanto aos dados, a prefeitura de Santa Mônica apresenta dois em especial, programa de trabalho do Governo, citando um desses, por nome: “gestão da política da saúde pública municipal” e “natureza de despesa segundo as categorias econômicas”, conhecido também como “elementos de despesas”. No de Rio Branco do Ivaí é possível ter os relatórios por “funções” e por “elemento de despesas”. No sítio de Quitandinha, no relatório “programa de governo”, um deles é chamado “fundo municipal de saúde”. Em Campo Mourão se tem o relatório “elemento de despesa” na “consulta do demonstrativo de despesa”. Por fim, no sítio de Curitiba se pode ter o relatório por “função”, “subfunção”, “programa”, “ação”, “fonte” e “natureza de despesa”.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todos os relatórios apresentados, o que mais se aproxima da identificação das políticas públicas adotadas pelos municípios é o relatório denominado “programa de trabalho do governo”.

Em tese, um programa é constituído para a resolução de um problema identificado que, no âmbito dos anseios do cidadão, deveria caracterizar como sendo a formulação de uma dada política pública. Se há um programa, se deduz a existência de produtos a serem entregues e indicadores de resultados a serem acompanhados. Os relatórios, portanto, deveriam trazer estas informações para que o controle social pudesse exercer seu papel na avaliação dos resultados alcançados por estes mesmos programas.

O que se observa nos sítios eletrônicos é que os Governos municipais não fazem questão de especificar com detalhe seus programas de Governo. Na análise, em cinco municípios só foram apresentados relatórios de programas de governos nos municípios de Santa Mônica, Quitandinha e Curitiba. Como exemplo podem ser citados dois programas, um de cada município: de Santa Mônica por nome “gestão da política da saúde pública municipal” e em Quitandinha, “fundo municipal de saúde”. Afora o nome dado ao programa, nenhuma outra informação qualitativa foi acrescentada, dispondo apenas a informação do

volume de recursos aplicados nestes programas.

O relatório “natureza de despesa segundo as categorias econômicas” deveria ser apresentado de acordo com os programas de Governo para identificar em que natureza econômica os gastos são feitos. Em todos os sítios eletrônicos esses aparecem dissociados dos programas, a exceção de Curitiba, portanto, é impossível relacioná-los para qualificar os gastos com as políticas públicas. Assim, este relatório descrevendo as despesas totais do município nenhuma contribuição traz para analisar os dispêndios das políticas públicas.

No município de Rio Branco do Ivaí destaca-se o relatório por “funções”. Especificamente no de Curitiba são apresentados os relatórios denominados: “função”, “subfunção”, “programa”, “ação”, “fonte” e “natureza de despesa”, ocorre que cada um desses está contido no outro, com isso só se tem a informação pontual que é apresentada, específica a um determinada unidade orçamentária. É como ver a árvore, perdendo de vista a floresta. Não foi possível identificar se existe algum relatório com atualização em tempo real. Por esta razão, em que pese o fato do sítio eletrônico de Curitiba procurar expressar seus dados na sequência hierarquizada, o fato de não permitir a visualização do conjunto dos dados da execução orçamentária impossibilita avaliação, seja de um único programa, seja da relação desse com os demais, ou mesmo da comparação entre diferentes períodos.

O que se observa é que os relatórios nos sítios eletrônicos dos municípios elencados são apresentados para atender o dispositivo legal, não fornecem informações que permitam avaliar as políticas públicas por qualquer dos critérios levantados neste artigo. Mesmo que disponibilizem o formato PDF, ainda assim, este tipo de apresentação dificulta o tratamento dos dados para que se possa comparar a prefeitura, seja um ano em relação ao outro, como também fazer análise entre municípios. A visão unitária da informação, como a de Curitiba, impede qualquer análise conjunta, mesmo que sejam os dados desta mesma entidade.

Em nenhum relatório foram observados os produtos entregues à comunidade, como as notas relacionadas da prova Brasil da Educação, ou taxa de mortalidade na Saúde. Os relatórios como são apresentados não contribuem para a análise das políticas públicas por parte dos cidadãos.

Fica como proposta duas ações, uma da parte do Congresso Nacional, aperfeiçoando a Lei da Informação, exigindo dados que permitam avaliar políticas públicas, em outra direção os próprios municípios conceberem sítios eletrônicos, que possibilitem fornecimento de dados para tratamento, principalmente, na modalidade xls ou txt e em condições que deem visão da informação, por período, que possibilitem comparação de um período com o outro.

REFERÊNCIAS

Consulta do IDH-m em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/> em 17/07/2014

CRUBELLATE, João Marcelo. **Participação como Controle Social: Uma Crítica das Estruturas Organizacionais Flexíveis**. Fórum Estudos Críticos em Administração. ERA-Eletrônica, v 3, n. 2, art. 20, jul/dez, 2004. Em <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n2/v3n2a04.pdf> em 30/06/2014

DIAS, Osmar P. **Contabilidade Pública Investigativa**. TCE-RO em <http://www.tce.ro.gov.br/arquivos/Downloads/IEP-Apost-18-12-12-11-48-59.pdf> em 02/07/2014

FONSECA, Kênia De Nazaré. **O que é Controle Social**. Em <http://www.webartigos.com/artigos/o-que-e-controle-social/23288/> em 30/06/2014

<http://blog.planalto.gov.br/lei-de-acesso-a-informacao-e-passo-historico-para-ampliar-a-transparencia-diz-presidenta/> em 29/09/2013

<http://blog.planalto.gov.br/lei-de-acesso-a-informacao-e-passo-historico-para-ampliar-a-transparencia-diz-presidenta/> em 29/09/2013

<http://politicas.tce.mt.gov.br/v3/Main.html?ts=1404502595#app=ba3d&f28a-selectedIndex=1> em 04/07/2014

http://www.ampr.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=207:mpe-pede-que-prefeitos-informem-interesse-no-portal-da-transparencia&catid=39:regionais em 29/09/2013

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo_continuo/modelo_operacional/amostra.shtm em 29/09/2013

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo_continuo/modelo_operacional/amostra.shtm em 29/09/2013

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm em 01/07/2014

LOPES, Prof. André Luiz. **Noções de Teoria Geral do Estado: Roteiro de Estudo**. Belo Horizonte, 2010 em <http://www.domtotal.com/direito/uploads/pdf/1627aa4f30ef0e7c1b149fccd97700c2.pdf> em 01/07/2014

Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte : PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **O Processo de Elaboração e Execução Orçamentárias no Brasil: algumas de suas peculiaridades**. Revista de Economia Política, vol. 8, n° 3, julho/setembro 1988 em <http://www.rep.org.br/pdf/31-6.pdf> em 02/07/2014

Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson

Sebrae/MG, 2008. Em <http://www.agenda21.comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf> em 01/07/2014

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 7, 53, 61, 113, 114, 115, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 160, 162

Acessibilidade 8, 56, 165, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236

Acesso 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 79, 97, 98, 103, 112, 113, 118, 121, 122, 123, 134, 142, 143, 144, 145, 160, 171, 183, 187, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 219, 220, 221, 228, 229, 233, 235, 236, 237, 239, 241, 243, 245, 250, 251, 252, 254, 255, 259, 261, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 276, 303, 304, 307, 308, 311, 312, 313, 318, 350, 351

Acesso à Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 54, 55, 61, 121, 134, 266, 304

C

Combinação 244, 246, 247, 248, 252, 253, 275, 296

Compras Públicas 7, 164, 165, 166, 167, 170, 172, 173, 177, 178, 179, 183

Contabilidade Pública 43, 49, 113, 115, 118, 119, 123, 160, 161

Controle Externo 3, 97, 116, 125, 130, 133, 137, 147, 148, 149, 150, 158, 161, 162, 181

Controle Social 6, 5, 7, 27, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 54, 91, 96, 115, 116, 118, 141, 149

Convênios 56, 81, 82, 84, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

D

Dependência 7, 7, 71, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 111, 112, 273, 286, 287, 291, 295, 296

Diabetes 8, 206, 207, 208, 209, 210

Direito Fundamental 5, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 35

Docentes 5, 9, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 260, 280, 301

E

Educação a Distância 241, 249, 261, 263, 270, 271, 272, 274

Educação de adultos 262, 264, 274

Ensino não presencial 260

Epidemiologia 212, 217, 220

Escolaridade 7, 146, 147, 148, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 287, 341

Estado do Pará 7, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154

Estratégia 2, 5, 38, 164, 185, 187, 190, 196, 213, 219, 220, 224, 269, 319, 342, 351

Execução Orçamentária 6, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 55, 66, 99, 104, 115, 118, 127, 143

Externalização 244, 246, 247, 248, 253

F

FPM 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112

G

Gastos com Pessoal 6, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Gestão IES 262

Governança da Internet 9, 262, 265, 266, 278, 280

I

Inclusão Social 53, 96, 222, 223, 224, 231, 232, 233, 236, 315

Infância 206, 210

Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 91, 121, 134, 147, 167, 168, 174, 178, 184, 196, 214, 217, 219, 236, 259, 261, 263, 266, 267, 268, 269, 272, 278, 279, 288, 304, 305, 310

Internalização 244, 246, 247, 248, 253, 321

L

Lei de Acesso à Informação 6, 1, 3, 4, 6, 7, 9, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 31, 35, 36, 37, 38, 46, 54, 55, 61, 134

M

Microrregião 6, 63, 64, 67, 72, 78

Ministério Público 1, 3, 4, 5, 6, 10, 14, 18, 19, 21, 43, 44, 53, 129, 143

Municípios 6, 7, 7, 26, 31, 36, 38, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 201, 213, 217

Municípios Cearenses 6, 7, 50, 51, 54, 56, 58, 60, 99, 100, 104, 107

O

Óbitos 206

Objetivos 4, 10, 11, 23, 29, 30, 43, 44, 52, 64, 66, 67, 69, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 91, 94, 95,

96, 101, 104, 117, 120, 131, 136, 150, 165, 166, 167, 174, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 195, 199, 201, 204, 238, 242, 246, 253, 258, 274, 275, 288, 295, 302, 305, 318, 342, 345

Organizações 5, 43, 84, 87, 113, 114, 117, 118, 119, 121, 122, 134, 142, 165, 166, 167, 168, 170, 177, 186, 187, 189, 195, 254, 263, 265, 268, 269, 270, 276, 304, 325, 327, 330, 341, 342, 350

P

Pandemia 9, 195, 244, 245, 246, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 263, 264, 267, 269, 271, 277, 280, 281

Pareceres Prévios 7, 125, 128, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Parques 8, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 231, 235, 236

Perfil de saúde 212

Planejamento 7, 39, 40, 63, 65, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 127, 142, 150, 167, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 201, 222, 236, 252, 253, 262, 263, 264, 266, 276, 289, 302, 319

Planejamento Estratégico 7, 177, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 262, 263, 264, 266, 276

Políticas Públicas 8, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 61, 84, 121, 122, 126, 150, 153, 159, 204, 219, 265, 303, 307, 308, 311, 312, 313, 314, 341

Praças 8, 222, 223, 224, 225, 227, 230, 231, 232, 235, 236

Prestação de Contas 39, 44, 45, 53, 55, 64, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 132, 133, 137, 138, 139, 141, 142, 147, 148, 149, 153, 154, 171

R

Redes Sociais 7, 164, 166, 168, 170, 178, 182, 183, 184, 234

S

Setor Público 13, 51, 63, 64, 95, 101, 115, 116, 117, 119, 122, 144, 166, 303

Socialização 244, 246, 247, 248, 249, 253, 259, 341

T

Transferências Voluntárias 6, 81, 85, 86, 88, 93, 97, 98

Transparência Pública 6, 1, 5, 9, 50, 51, 52, 53, 60, 61, 121

Tribunais de Contas 1, 3, 4, 7, 8, 20, 44, 53, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 161

Tribunais de Justiça 1, 3, 4, 8, 15, 18, 19

Tribunal de Contas 7, 3, 7, 14, 15, 44, 50, 54, 55, 56, 67, 78, 85, 86, 91, 97, 116, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148,

149, 150, 161, 162, 170, 172, 175, 177, 181, 183

Turismo 108, 111, 222, 228, 230, 235, 236, 237

U

Universidades Estaduais 6, 81, 82, 91

V

Varginha-MG 6, 63, 64

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA,
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA,
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 